



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Governo

UNIDADE: Ouvidoria Geral do Estado

ASSUNTO: Pedido formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de providências. Esclarecimentos prestados, no âmbito da OGE. Incompetência para resposta do pedido. Pedido inicial adequadamente atendido. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 006/2018

1. Trata o presente expediente de manifestação formulada à Ouvidoria Geral do Estado, em que o solicitante reclama sobre a suspensão de sua Carteira Nacional de Habilitação após ter ingressado com recurso junto ao DETRAN.
2. Em resposta, a OGE informou que o Sistema SIC.SP é adequado para formular pedidos de acesso à informação, dados ou documentos públicos sob guarda do Estado, bem como esclareceu que a demanda deveria ser encaminhada para o Fale Conosco do DETRAN. Em grau recursal, foi mantida a resposta inicial, destacando-se ainda o fato de que o requerente poderia formular sua manifestação perante a Ouvidoria do órgão público. Inconformado, o solicitante apresentou o presente apelo a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015, questionando como deve agir neste caso.
3. Analisando-se o feito, constata-se que a solicitação foi adequadamente respondida, nos termos do artigo 11, caput, da Lei de Acesso à Informação. O interessado apresenta manifestação referente à cassação de sua CNH, medida administrativa alheia às atribuições desta Ouvidoria Geral, a qual esclareceu poder redirecionar a reclamação ao Fale Conosco e à Ouvidoria do DETRAN, conforme previsão do artigo 11, §1º, inciso III, da Lei de Acesso à Informação.
4. Destaque-se ainda, que o diálogo entre cidadão e Poder Público, extremamente salutar, é componente essencial da dinâmica democrática. Necessário que se reconheça, porém, que o Sistema de Informações ao Cidadão não é o caminho ideal para a formulação de consultas, denúncias ou reclamações, tendo antes por objetivo assegurar o acesso público a documentos, dados e informações sob custódia da Administração Pública, conforme a Lei nº 12.527/2011.

5



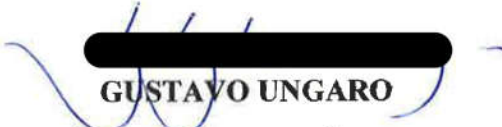
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

5. Nesse sentido, o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União possui entendimento já firmado, asseverando que “a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”. (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL – Agencia Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).
6. Ademais, inevitável a conclusão de que, no presente caso, o recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo-lhe de motivação relacionada ao acesso a informações. Nesse sentido, Humberto Theodoro Jr. leciona:

“Constitui ainda, pressuposto do recurso a motivação, pois ‘recurso interposto sem motivação constitui pedido inepto’ [...]. Disse muito bem Seabra Fagundes que, se o recorrente não dá ‘as razões do pedido de novo julgamento, não se conhece do recurso por formulado sem um dos requisitos essenciais’”. (Curso de Direito Processual Civil, v. III, 50ª Ed. p. 1120.)

7. Assim, considerando o adequado atendimento da demanda inicial e não se tratando de demanda recursal motivada por acesso à informação, tampouco buscando reformar a resposta ofertada pelo ente, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto n. 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência dos interessados. Encaminhe-se, em seguida, à coordenação da Rede Paulista de Ouvidorias, para envio da reclamação à Ouvidoria do Detran. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 4 de janeiro de 2018.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

MKL